

Luis Antonio Gonçalves Pires

**VEDAÇÃO
DO RETROCESSO
NAS POLÍTICAS
HABITACIONAIS**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução	1
1. A moradia como direito fundamental: bases teóricas e desafios de concretização	9
1.1 Delimitação do conceito de “baixa renda”: uma abordagem metodológica.....	23
1.2 Breve história da habitação social no Brasil	24
1.3 Os números da crise habitacional brasileira na contemporaneidade.....	42
1.4 A política habitacional e o mercado de crédito: impactos na construção civil e o papel indispensável do Estado na redução do déficit habitacional no Brasil	47
2. Considerações sobre o programa Minha Casa Minha Vida e o Casa Verde e Amarela	57
2.1 Exame do arcabouço jurídico do MCMV na vigência da lei nº 11.977/2009.....	58
2.2 O CVA e a exclusão de grupos vulneráveis no acesso à moradia.....	68
2.3 O microssistema da habitação social no Brasil: estrutura, funcionamento e o impacto da lei nº 14.118/2021	78
2.4 O descompasso do programa Casa Verde e Amarela com a Nova Agenda Urbana da ONU.....	87

3. Examinando os fundamentos da inconstitucionalidade da lei nº 14.118/2021 à luz da vedação do retrocesso social.... 93

- 3.1 A força normativa da Constituição e a sua pretensão de concretude93
- 3.2 A teoria da Constituição dirigente e seu impacto no direito brasileiro 102
- 3.3 A vedação do retrocesso social como limite à liberdade de conformação do legislador 111
- 3.4 Os parâmetros jurídicos para a análise da constitucionalidade da lei nº 14.118/2021125
- 3.5 Da ofensa ao núcleo essencial do direito constitucional à moradia126
- 3.6 Retrocesso social e desproteção: os impactos da lei nº 14.118/2021 134

4. Projeção hipotética: desdobramentos jurídicos de uma teórica anulação da lei nº 14.118/2021 143

- 4.1 Da apreciação da inconstitucionalidade da lei nº 14.118/2021 sob a ótica da cláusula da reserva do possível e do princípio da separação de poderes...160
- 4.2 Das modalidades de ações judiciais cabíveis para impugnar a lei nº 14.118/2021 e as soluções coerentes com o ordenamento jurídico pátrio 167

Conclusão 171

Referências Bibliográficas..... 175